

Continuidade necessária

KENNETH T. HERN

Ao longo de toda a sua História, o Brasil soube, sem perder as suas características essenciais, não apenas se desenvolver, mas também integrar-se ao processo internacional: a concentração inicial em atividades extrativistas deu lugar a uma progressiva industrialização; técnicas mais rudimentares foram substituídas por modernos conceitos tecnológicos.

Hoje uma das dez maiores economias mundiais, o Brasil não se limita a possuir invejável parque produtor de automóveis, petroquímicos ou alimentos industrializados. Foi capaz, também, de projetar e realizar empreendimentos que se destacam internacionalmente, como as grandes hidrelétricas e o programa do álcool, importantes conquistas estratégicas no desenvolvimento de tecnologia própria.

No limiar de um novo século, o País procura se preparar para mais um salto. Se conseguiu implantar a infra-estrutura, dominar novas técnicas e criar um mercado pujante, falta, contudo, uma efetiva internacionalização da economia, que lhe permita ombrear com as nações do primeiro mundo.

Para essa nova etapa, será necessário, antes, criar condições efetivas para que o País possa receber novos investimentos internacionais — sobretudo os de risco —, que lhe permitam retomar o processo de crescimento e aplicar parte dos ganhos assim obtidos num amplo programa de desenvolvimento social.

Tais condições estão diretamente relacionadas a uma progressiva liberalização da economia, por sinal já iniciada. Aos poucos, por exemplo, reduzem-se as barreiras tarifárias às importações. Outra providência importante tem sido a normalização das relações com os credores externos.

Mais ainda há muito a fazer.

A modernização da economia brasileira passa, necessariamente, pela continuidade do programa de privatização. Embora seja possível, claro, discutir aperfeiçoamentos, não deve isso servir ao retardamento de uma iniciativa que, de resto, vem sendo conduzida em várias partes do mundo, independentemente de filosofias ou ideologias.

Igualmente, não pode ser descontinuado o processo de liberalização das forças de mercado, que são sábias no estabelecimento de valores justos para bens e serviços. Nessa mesma linha de raciocínio, há que se reduzir a ingerência do Estado sobre a liberdade das empresas de oferecerem aos consumidores produtos que atendam às necessidades destes.

Ninguém melhor de que eles para julgar a adequação e a qualidade dos produtos. São estas forças liberais que devem estabelecer os preços de mercado. Devem, ainda, premiar empresas produtivas e eficientes, servir como estímulo a que outras realizem mudanças que favoreçam o consumidor.

Voltando à área externa, é importante, finalmente, que o Brasil adote legislação avançada no sentido de oferecer garantia e segurança à propriedade intelectual, resguardando direitos, de um lado, e habilitando-se ao recebimento de modernas tecnologias, de outro.

Se o País não possui a mais avançada tecnologia, tem que criar condições para atraí-la, adquiri-la ou desenvolvê-la. Os avanços tecnológicos ocorrem hoje em ritmo acelerado. Assim, há que se entrar seriamente no jogo e criar o ambiente mais propício para que se chegue a um País moderno e atualizado.

■ Kenneth T. Hern é presidente da Texaco no Brasil